



Excelentíssimo Senhor

GILBERTO KASSAB

Digníssimo Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações

Senhor Ministro,

Inicialmente, desejamos transmitir a Vossa Excelência os cumprimentos do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (CONFAP) – que reúne todas as 26 FAPs brasileiras – pela escolha do seu nome para conduzir a importantíssima pasta da Ciência, Tecnologia e Inovação, além das Comunicações. O conhecimento adquirido durante sua bem sucedida carreira de gestor público e decorrente de seu prestígio político garante as condições necessárias para enfrentar desafios presentes e futuros. Não podemos deixar de manifestar, no entanto, seríssima preocupação com a redução drástica dos investimentos em ciência, tecnologia e inovação, provocando a descontinuidade quase irreversível de programas estratégicos, indispensáveis para a retomada do crescimento da economia.

Os atuais cortes orçamentários encerram um ciclo virtuoso de investimentos em várias áreas, com destaques para qualificação de recursos humanos; desenvolvimento de ambientes de inovação e estímulo à criação de novas empresas de base tecnológica; formação de novos pesquisadores qualificados; apoio à inovação nas empresas em geral; retenção de cérebros; cumprimento de contrapartida nas parcerias com entidades internacionais; investimentos externos em parceria com ambientes locais de inovação; e incremento da competitividade em segmentos estratégicos.

Permita-nos propor uma pauta mínima de medidas absolutamente urgentes que, constatamos, precisam ser implementadas:

1. Derrubada de vetos presidenciais que resultaram na Lei 13.245/2016 denominada de Novo Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação, promulgada em 11 de janeiro. Essa foi uma conquista da unanimidade das entidades líderes nacionais representando as comunidades científica e empresarial brasileiras, trabalho desenvolvido ao longo de 5 anos. Os vetos limitam sobremaneira os principais avanços conseguidos na simplificação e efetividade na relação público-privada, academia e empresas. Além disto, urge concluir a regulamentação dessa lei para que a sociedade possa se beneficiar dela de imediato;
2. A conclusão das negociações com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) do empréstimo de 1,4 bilhão de dólares para socorrer as agências de financiamento da pesquisa, notadamente o CNPq e a FINEP além de atender emergencialmente os Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia. O

BID acenou para desembolso imediato de 300 milhões de dólares ainda este ano, tão logo o Governo Brasileiro dê sinal verde;

3. Recompôr o FNDCT (Fundo Nacional de Ciência e Tecnologia) e o orçamento acompanhado da devida programação financeira no montante equivalente ao executado em 2014, absolutamente necessários para o cumprimento das responsabilidades mínimas dos projetos de capacitação, pesquisa e subvenção econômica;
4. Regulamentar o Fundo Social para permitir o aporte de recursos para atividades de Ciência, Tecnologia e Inovação;
5. Fortalecer a parceria do MCTIC e suas agências com os sistemas estaduais de ciência e tecnologia, notadamente com as Fundações Estaduais e Amparo à Pesquisa, adotando critérios regionais diferenciados na composição financeira e outras responsabilidades, favorecendo os estados de menor infraestrutura científica e tecnológica;
6. Fortalecer a atuação institucional do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações como coordenador do Sistema Nacional de CTI e dialogar com as todas as entidades representativas da sociedade.

Assim, a gestão do Governo de Vossa Excelência poderá ser marcada de forma positiva e indelével dando a devida importância estratégica a essa atividade tão determinante para o desenvolvimento econômico de uma Nação, especialmente em período de dificuldades. Recursos necessários para cumprimento de agenda mínima com continuidade e livre de burocracia excessiva é o que defendemos e pleiteamos. Apesar do alto potencial brasileiro em razão do seu quadro qualificado de cientistas, sua posição relativa, hoje, está aquém de países como Peru, Colômbia e Chile, sem considerar os tradicionais países desenvolvidos do resto do mundo. Ao continuar da forma como está, estaremos amargando em breve, retrocesso brutal na nossa posição relativa.

Contamos com a determinação e o encaminhamento das medidas aqui propostas.

Respeitosamente,

Sergio Gargioni

Presidente CONFAP